

País só pagará US\$ 600 mi aos credores ano que vem

O Brasil irá propor pagar apenas US\$ 500 milhões ou US\$ 600 milhões em 1991 às entidades oficiais de crédito dos países desenvolvidos, reunidas no âmbito do Clube de Paris, informou ontem o embaixador extraordinário da dívida externa, Jório Dauster. Pelo último acordo de refinanciamento com o Clube de Paris, o Brasil teria de desembolsar US\$ 4,5 bilhões no próximo ano, quantia que considera "um absurdo completo", entre juros e amortizações de uma dívida total de quase US\$ 22 bilhões.

A limitação dos desembolsos em menos de 20% do previsto inicialmente é resultado do conceito central que também está nortear as negociações com os bancos privados internacionais: a capacidade de pagamento do País estará vinculada, nos próximos anos, aos seus superávits fiscais. Dauster informou que esta proposta será apresentada ao Clube de Paris até o final de novembro, por uma missão técnica que fará um giro pela Europa — onde se localiza a maior parte dos sócios da entidade — e Japão.

O grupo começará a viagem por Paris, local que sedia a entidade que reúne os Eximbanks dos países industrializados. Estuda-se a possibilidade dos Estados Unidos serem incluídos no roteiro. Segundo o embaixador, a missão poderá chegar à França antes mesmo da metade de novembro, se o Comitê dos Bancos Credores Internacionais marcar a segunda reunião com representantes do Brasil para o final do próximo mês. Dauster revelou que o Governo não quer enviar para o exterior duas missões simultaneamente, para não dividir forças.

Apoio inédito

O último acordo de refinanciamento da dívida de mais US\$ 22 bilhões junto ao Clube de Paris prevê que o Brasil deve desembolsar mais de US\$ 13 bilhões entre 1991 e 1993, a título de juros e amortizações do principal. "Isto seria um absurdo completo e impossível de cumprir", comentou Dauster. No próximo ano, o País desembolsará,

segundo ele, apenas US\$ 5 bilhões para atender aos serviços dos bancos privados, Clube de Paris, FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial (Bird).

Jório Dauster acha que não será difícil explicar aos governos dos países credores a proposta de refinanciamento das dívidas junto aos Eximbanks porque até novembro o conceito de capacidade de pagamento estará mais difundido. Considera também que até o final de novembro o governo brasileiro terá amealhado mais apoios internos à proposta de renegociação junto aos bancos credores. E como o plano de refinanciamento junto ao Clube de Paris será idêntico, em termos de princípios, ao dos bancos internacionais, o apoio interno virá automaticamente para a proposta a ser apresentada aos governos dos países desenvolvidos, raciocina.

Para Dauster, o governo está recebendo um apoio inédito da sociedade civil para sua proposta de renegociação da dívida externa. Assinalou que este fenômeno ficou claro na terça-feira, quando a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, recebeu o apoio maciço do Congresso Nacional para o plano de refinanciamento.

Proposta

Em função deste conceito, o Brasil propôs aos bancos credores privados desembolsar apenas US\$ 1,2 bilhão em 1991. Este número será gradualmente maior ao longo dos próximos 45 anos, período do bônus de longo prazo (com juros de mercado) em que o Brasil quer transformar parte de sua dívida global de US\$ 60 bilhões. O País propôs ainda a transformação da dívida em dois outros papéis: um de médio prazo — com 25 anos, mas com juros menores; e outro de curto prazo, em 15 anos e juros menores ainda.

Os papéis de longo prazo poderão ser resgatados antes dos 45 anos, desde que os bancos participem de leilões trimestrais de desconto. Os que apresentassem o maior deságio receberiam o valor do título. (AE)